



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo nº: **1007032-05.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Impetrante: **PAULA ZANFORLIN FERMIANO**  
 Impetrado: **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

## VISTOS.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Paula Zanforlin Fermiano** contra ato da **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos**, figurando como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito- Detran**.

Aduz a impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informada de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, sem que houvesse o trânsito em julgado da esfera administrativa, com violação ao contraditório, uma vez que, tendo apresentado defesa prévia administrativa, foi notificada do indeferimento, da penalidade a ela imposta, assim como do prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso administrativo junto à JARI, que se esgotaria somente em 30.08.2014.

Liminar concedida a fls. 19/20.

A autoridade coatora prestou informações a fls. 37/39, que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 40/51, alegando que a impetrante cometeu infrações de trânsito que atingiram a somatória de 220 pontos no cadastro de sua CNH, dentre elas 10 consideradas gravíssimas, o que gerou a instauração de Procedimento Administrativo e, sendo assim, o próprio sistema PRODESP providencia o bloqueio no prontuário do condutor, impedindo-o de renovar a sua Carteira de Habilitação. Alega, ainda, que a impetrante, em 29.08.2011, ao solicitar a aplicação de penalidade mínima em relação às Portarias Eletrônicas nºs 010101775011 e 070502091511, foi apenada em 01 (um) mês de suspensão ao seu direito de dirigir, sendo que não apresentou recurso, tampouco seu documento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

habilitação. Após este fato e, ainda sem cumprimento da penalidade a ela imposta, mais 04 (quatro) portarias eletrônicas foram geradas e, em 06.05.2014, novo pedido de aplicação de penalidade mínima foi por ela formulado (fls.40), o que se entende como abstenção ao direito de recorrer, sendo a ela aplicada a penalidade de 05 (cinco) meses de suspensão ao seu direito de dirigir e, desta decisão, foi cientificada em 26.06.14, mesma data em que entregou sua CNH para ter início o cumprimento da penalidade a ela imposta (fls.41). Em 01.08.14, já ultrapassado o prazo (30 dias) para interposição de recurso, um novo procurador solicitou certidão do processo administrativo e, aos 18/08.14, houve a notificação da autoridade sobre a concessão da liminar, ocasião em que houve a suspensão dos 220 pontos da CNH da condutora. Salienta que a impetrada não retirou sua CNH, que ainda consta do processo e que o cumprimento da pena foi interrompido face a liminar concedida. Finaliza informando que em 22.08.14 a impetrante procedeu à transferência de sua CNH para a cidade de Santos/SP.

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo- Detran, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 54).

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 55).

A impetrante informou a interposição de recurso à JARI, (fls. (fl. 62/63).

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Inviável o acolhimento do mandado de segurança.

Sustenta a impetrante que a ilegalidade consiste no bloqueio do seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído contra a aplicação da penalidade. Contudo, não é isto que se verifica, pois a defesa apresentada foi intempestiva.

O esgotamento da via administrativa não pode significar a protelação das medidas em tese cabíveis.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) delegado de trânsito; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos. Não é porque o interessado peticiona de maneira avulsa perante um desses órgãos que o cumprimento da penalidade fica automaticamente obstado. Nessa lógica, nenhuma penalidade seria cumprida, pois a parte sempre poderia peticionar e, assim, retardar “*ad eternum*” a punição.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

No caso em apreço, a impetrante requereu a aplicação de pena mínima, em 06 de maio de 2012 (fls. 40) e, ao entregar o seu documento de habilitação a fim de dar início ao cumprimento da penalidade (fls. 42), foi cientificada, na pessoa de seu procurador, que em todas as oportunidades a representou, mesmo quando trocou de profissional, da pena imposta e, ainda que assim não fosse, da data da entrega do documento, 26.06.14 (fls. 41), até a data em que protocolada a defesa administrativa, 31.07.14 (fls. 43), transcorreram 35 (trinta e cinco) dias, ou seja, estava precluso o seu direito para interpor qualquer recurso, diante do trânsito em julgado administrativo.

Registre-se, por outro lado, que, tão logo obteve a liminar, tratou de transferir a sua CNH para o município de Santos, conforme noticiado pela autoridade coatora, embora conste da defesa administrativa (fls. 43) que ela reside no município de São Carlos.

Assim, embora a jurisprudência seja pacífica no sentido de que a pendência de recurso administrativo, nos casos de suspensão do direito de dirigir, impede qualquer restrição no prontuário do infrator, tal argumento não se aplica à hipótese dos autos, pois a defesa apresentada foi intempestiva.

Assim, foram preenchidos todos os requisitos legais para a validade do ato administrativo praticado, em relação ao qual prevalece a presunção de legitimidade.

Ausente, portanto, o direito líquido e certo da impetrante, não havendo qualquer ilegalidade a ser corrigida.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pela impetrante.

Revogo a liminar. Dê-se ciência à autoridade coatora.

Como consequência do aqui decidido, a impetrada deve entregar a sua CNH na CIRETRAN, devendo ser intimada para esta finalidade.

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

**P.R.Int.**

São Carlos, 20 de outubro de 2014.